

Rua Tancredo de Almeida Neves, s/nº - CEAD - CEP 79730-000 CGC Nº 03.155.942/0001-37



#### **DECRETO N° 085/2021, DE 19 DE AGOSTO DE 2021.**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins de fé pública que o presente ato foi publicado no Diário Oficial Eletrônico de Glóna de Dourados DOEGD-Data: 39 8 303 | Edição: 0981 Ano V

Sandra Inis Pierette
P.G.: 677 160 SEJUSP/MS

"Institui medidas restritivas voltadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19 no Município de Glória de Dourados, tendo em vista a diminuição de casos nos últimos dias.".

O Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, Aristeu Pereira Nantes, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no inciso III do artigo 68 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a declaração de emergência em saúde pública pela Organização Mundial de Saúde – OMS;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;



Rua Tancredo de Almeida Neves, s/nº - CEAD - CEP 79730-000 CGC Nº 03.155.942/0001-37



Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

Considerando que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no referendo à medida cautelar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341 MC-Ref/DF, reconheceu a competência concorrente da União, Estados, DF e Municípios para a tomada de providências normativas e administrativas necessárias à proteção e à defesa da saúde durante a pandemia;

Considerando o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública Municipal à preservação da saúde e bem estar de toda população gloriadouradense;

Considerando que em tempos como este, de pandemia, são necessárias medidas excepcionais para a prevenção e gerenciamento da saúde pública;

Considerando a diminuição de casos de contágio pela COVID-19 no Município de Glória de Dourados-MS;

Considerando as medidas restritivas adotadas pelos municípios da região;

Considerando o novo relatório do Prosseguir, bem como as orientações feitas pelo Estado do Mato Grosso do Sul; e

Considerando a reunião do CGESP ocorrida na data de 18 de agosto de 2021 de 2021, às 8h15min no Paço Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento, com a utilização máxima de 50% da sua capacidade de atendimento a clientes no local, em restaurantes, lanchonetes, cafés, padarias, espetarias, pastelarias, trailers de alimentos, casas de salgados, e demais estabelecimentos comerciais.



Rua Tancredo de Almeida Neves, s/nº - CEAD - CEP 79730-000 CGC Nº 03.155.942/0001-37



- Art. 2º Fica autorizada o funcionamento dos clubes sociais, lazer, esportivos e similares, observando as seguintes medidas:
- I Atender com restrição de público a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de lotação, conforme seus alvarás de funcionamento, evitar aglomeração de pessoas no interior do estabelecimento, adotando medidas de controle de acesso na entrada;
- II Designar funcionário para controle de acesso dos consumidores,
   fazendo cumprir as medidas preventivas para controle da pandemia.

Paragrafo único. Os responsáveis pelos clubes socias deverão comunicar com antecedência a Secretaria Municipal de Saúde a realização de qualquer evento, devendo realizar o controle de acesso dos participantes, com lista de presença.

Art. 3º Fica autorizado apresentações ao vivo em estabelecimentos comerciais, devendo respeitar o espaçamento mínimo de 1,5m (um vírgula cinco) entre as mesas e máximo 04 (quatro) cadeiras em cada uma delas.

Paragrafo único. Os estabelecimentos comerciais que realizarem apresentações ao vivo não poderão ultrapassar o limite de 50 (cinquenta por cento) de sua capacidade de lotação, devendo cumprir o estipulado em seus planos de contingenciamento.

- **Art.** 4º Fica autorizado à retomada de eventos sociais e congêneres, tais como shows, bailes, apresentações ao vivo em locais que sejam possíveis controlar a entrada, etc., sendo admitida a entrada apenas de pessoas que já tomaram pelo menos uma dose da vacina, sendo esta fiscalização de responsabilidade do organizador do evento.
- §1° As pessoas acima de 50 (cinquenta) anos deverão comprovar que já tomaram as duas doses da vacina.
- §2° Os estabelecimentos comerciais que realizarem os eventos não poderão ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de lotação, devendo cumprir o estipulado em seus planos de contingenciamento.
- §3° Os responsáveis pelos eventos deverão comunicar com antecedência a Secretaria Municipal de Saúde a realização, devendo realizar o controle de acesso dos participantes, com lista de presença.



Rua Tancredo de Almeida Neves, s/nº - CEAD - CEP 79730-000

CGC N° 03.155.942/0001-37

Art. 4º Fica determinado que os velórios sejam realizados no prazo limite

de 4 (quatro) horas de duração após a chegada do corpo, sendo proibida a aglomeração de

visitantes pelas áreas internas e externas do local.

Art. 5° Permanecem suspensas, por tempo indeterminado, as visitas a

pacientes internados na Maternidade Nossa Senhora da Mãe Pobre de Glória de

Dourados/MS, bem como as visitas realizadas aos idosos acolhidos no Lar do Idoso São

Vicente de Paulo (Asilo da Velhice Desamparada de Glória de Dourados/MS).

Art. 6º O descumprimento das medidas impostas neste decreto e demais

regulamentos correlatos ao assunto, acarretará a responsabilização civil, administrativa dos

infratores com multa e interdição total ou parcial do estabelecimento, sem prejuízo de

eventual registro ou autuação em flagrante por crime de desobediência - artigo 330 do Código

Penal ou por descumprimento de medida sanitária do art. 268 do Código Penal.

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a

qualquer momento de acordo com a evolução da pandemia causada pelo COVID-19.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Glória de Dourados/MS, 19 de agosto de

2021.

Aristeu Pereira Nantes

Prefeito Municipal